

OS CUSTOS E AS IMPLICAÇÕES DE UMA SOCIEDADE DE CONSUMO

Álaba Cristina Pereira¹
Nilvania Aparecida de Mello²

RESUMO

O presente artigo foi elaborado a partir de uma revisão de literatura e discorre sobre o *status quo* vivenciado pela sociedade contemporânea: um momento de crises que gera questionamentos sobre a racionalidade econômica dominante e seus custos psíquicos, sociais e ambientais. A conjuntura atual aponta para a necessidade de uma reavaliação do padrão atual de consumo e dos valores capitalistas vigentes, sob pena de se chegar a um estado de degradação sócio-ambiental irreparável. Por fim, constatou-se a imprescindibilidade de uma reformulação de paradigmas para a construção de uma racionalidade social alternativa, baseada em um saber ambiental capaz de gerar mudanças institucionais e uma sociedade mais sustentável.

PALAVRAS-CHAVE: Crise; Sociedade de consumo; Saber ambiental.

1 INTRODUÇÃO

As ideias expostas acima evidenciam o contexto do século XXI: um momento de transição. Os tempos são de ruptura com velhos paradigmas e antigos saberes. As mudanças são prementes. Os constructos da sociedade se dissolvem e a ausência de certezas, como dito por Hannigan (1995), gera múltiplas controvérsias.

Vive-se um período de crises: crise existencial, cultural, social, econômica, ambiental – desencadeadas pelas instabilidades e incertezas dos tempos modernos.

A Ciência Moderna também está abalada. Seus pilares – a fé inabalável no Conhecimento, o entendimento de que a Ciência seria produtora apenas de bens sociais e a neutralidade científica – ruíram. E a Ciência, avaliada por esta perspectiva, se tornou uma sucessão de promessas não cumpridas.

A descoberta de que “a Ciência não tem verdade, não existe uma verdade científica, existem verdades provisórias que se sucedem, onde a única verdade é aceitar essa regra e essa investigação” (MORIN, 2010, p. 56), nos levou a “uma crise característica do conhecimento contemporâneo, sem dúvida inseparável da crise do nosso século.” (MORIN, 1999, p. 23).

Atravessamos a “crise da civilização da qual não parece haver saída, pois sabemos como chegar lá mas não sabemos por que estamos indo e nem mesmo para onde estamos indo” (FEENBERG, 2003).

¹ Psicóloga e advogada. Especialista em Saúde Mental. Mestranda em Desenvolvimento Regional pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Pato Branco. E-mail: alabacps@hotmail.com.

² Professora Doutora da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Pato Branco. E-mail: nilvania@utfpr.edu.br



De fato, vivemos um momento de reformulação de paradigmas, nas palavras de Morin (2005, p. 18): “para dizer a verdade, uma mudança fundamental, uma revolução paradigmática, parecem-nos necessárias e próximas”.

2 A SOCIEDADE DE CONSUMO

Na sociedade moderna, difundiu-se a crença de que a Ciência geraria progresso, desenvolvimento tecnológico, crescimento econômico e bem-estar social, trazendo felicidade à humanidade.

Havia uma fictícia ligação entre crescimento econômico e bem-estar, que foi evidenciada por Bauman (2004, p 86): “A suposta chave para a felicidade de todos, e assim o propósito declarado da política, é o crescimento do produto nacional bruto (PNB). E o PNB é medido pela quantidade de dinheiro gasta por todo mundo em conjunto.”

Portanto, o capitalismo moderno incutiu a ideia de que a felicidade estaria de alguma forma ligada à prosperidade econômica e ao poder aquisitivo.

Como resultado, fomos seduzidos pela ideia de que o consumo de bens nos faria felizes. Surgiu, então, uma nova cultura de consumo.

E tem-se “uma sociedade de consumo que se consome em um presente cada vez mais breve, indiferente aos estragos causados pelo progresso na sociedade e na natureza” (TOURAINÉ 1994, p.213), de forma que mesmo a noção de cidadão se entrelaça e confunde-se com a noção de consumidor.

Nas palavras de Guimarães (2001, p. 68):

O afã do crescimento ilimitado baseado na crença do desenvolvimento tecnológico, igualmente ilimitado, só é capaz de produzir a alienação dos seres humanos, transformando-os em robôs que buscam incessantemente a satisfação de necessidades que têm sempre menos relação com as necessidades de sobrevivência e de crescimento espiritual. Embora tenhamos sido levados a crer cegamente que quanto mais nos transformemos de cidadãos em consumidores mais nos aproximaremos da liberdade e da felicidade, a verdade é que nos tornamos humanos durante o percurso.

Portanto, a cultura capitalista moderna promove um culto ao consumo, reduzindo o homem a um ser que produz e consome. Vivemos sob “o império da ordem econômica que converte o ser em *ser para a produção*, em *homo economicus*”. (LEFF, 2006, p. 77).



Sob a ótica do capitalismo, vive-se uma cultura do Ter, que aprisiona o indivíduo na ideia de que é preciso trabalhar cada vez mais para poder comprar a felicidade que o mercado lhe oferece sob a roupagem tangível de bens de consumo.

E para que esse sistema se mantenha, procura-se gerar nas pessoas “necessidades” (leia-se desejos) que ultrapassam, e muito, as necessidades reais de sobrevivência.

“Nosso padrão de essencialidades materiais”, usando a expressão de Bursztyn (2001, p.19), mudou drasticamente, se comparado ao padrão das gerações anteriores. O capitalismo gerou “necessidades” antes desconhecidas. A quantidade e a diversidade de bens materiais hoje considerados essenciais em nosso cotidiano impressionam.

A lista de coisas sem as quais não se pode mais viver é assustadora, abrangendo desde inúmeros produtos de higiene e cosméticos, passando por uma quantidade razoável de roupas e sapatos, incluindo uma série de parafernálias tecnológicas e culminando com bens mais vistosos, como carros, por exemplo.

Grande parte dos objetos hoje considerados indispensáveis era inexistente até pouco tempo atrás, a exemplo de celular, lavadora de louças, fax, babá eletrônica, porta retrato digital, multiprocessador, ar-condicionado, notebook, tablet, GPS (*Global Positioning System*), aspirador de pó... a lista é imensa. Foi o capitalismo que criou a ideia de que esses bens são imprescindíveis na nossa sociedade da informação e que precisamos adquiri-los se quisermos ser felizes.

É inegável que todos esses objetos propiciam prazer, conforto e comodidade, tornando o dia-a-dia mais agradável. A questão central não reside no objeto de consumo em si, mas na impossibilidade de *não ter* o objeto desejado sob pena de *não ser* enquanto pessoa.

Porém, essa lógica do Ter em detrimento do Ser que rege a sociedade consumista do século XXI é perigosa. De um modo assustador, as pessoas se tornam escravas de seus próprios desejos e consumos, trabalhando insanamente mais e mais para ter, consumir e comprar.

E ainda há que se considerar o fato de que “felicidade” em forma de bens materiais é acessível apenas a uma parcela da sociedade, pois a grande maioria das pessoas está à margem dos prazeres consumistas. É mais um dos tantos efeitos da ordem capitalista: a exclusão social.



Além de gerar todos esses desejos consumistas interpretados como necessidades, a ordem capitalista também criou uma associação maquiavélica entre poder de consumo e valor pessoal.

Vivemos a fase do “consumo, *ergo* sou”, citada por Guimarães (2001, p.68), pois a identidade psíquica do indivíduo está intimamente ligada ao lugar que ele ocupa na hierarquia capitalista e ao seu poder aquisitivo. Quanto mais ele for capaz de consumir, mais valorizado e respeitado será por seus pares. E para poder comprar mais e mais, as pessoas precisam trabalhar cada vez mais, o que cria um círculo vicioso que funciona como motor do sistema capitalista.

De acordo com Guimarães (2001, p. 54), a modernidade contemporânea é a do consumidor, pois vive-se um período de

(...) verdadeira revolução dos padrões de produção e de consumo. Esta revolução desconectou-nos, um pouco, de nossas necessidades biológicas, tornou-nos mais alienados de nós mesmos e do respeito aos nossos sócios da natureza, deixou-nos mais premidos pelo de quantidades crescentes de recursos de poder para garantir a incorporação (e destruição) de ambientes extranacionais capazes de garantir a satisfação dos padrões atuais (insustentáveis) de consumo.

Essa alienação promovida por padrões elevados de consumo também é retratada por Touraine (1994, p.248), o qual afirma que vivemos “em uma sociedade de massa na qual uma parte crescente dos comportamentos é comandada por centros de decisão capazes de prever os gostos, as demandas, as compras da população (...)”.

A alienação produzida no indivíduo pelo sistema capitalista foi descrita também por Marx, citado por Guimarães (2001, p. 68):

(...) quanto menos você for e quanto menos expressar a sua vida, tanto mais você terá e mais alienada será a sua vida. [...] tudo que lhe é tirado pelo economista sob a forma de vida e humanidade, tudo lhe será devolvido por ele sob a forma de dinheiro e riqueza.

A alienação é o estado da pessoa que, tendo sido criada em condições sociais específicas, submete-se cegamente aos valores e instituições dadas por outrem e perde a capacidade de questionar esses elementos. Compreende-se por que ela é tão perigosa e por que autores como Marx se preocupavam tanto com ela.

Do ponto de vista psicossocial, seus efeitos são desastrosos, pois a imersão em uma cultura capitalista molda indivíduos incapazes de contestar os valores vigentes, levando-os a acreditar que existe uma única forma correta de viver, qual seja, a idealizada pelo sistema dominante.



É a “dominação que se exerce sobre os corpos e as almas”, de que nos fala Touraine (1994, p. 261).

Sobre essa dominação, Morin explica (2005, p. 75): “a relação antropossocial é complexa, porque o todo está na parte, que está no todo. Desde a infância, a sociedade, enquanto todo, entra em nós, inicialmente, através das primeiras interdições e das primeiras injunções familiares: de higiene, de sujeira, de polidez e depois as injunções da escola, da língua, da cultura.”

Portanto, “(...) a sociedade está presente em cada indivíduo, enquanto todo, através de sua linguagem, sua cultura, suas normas” (MORIN, 2003, p. 94). Esta é também uma das características marcantes da modernidade, na qual o indivíduo adquire muito mais sentido pelo grupo a que pertence do que por seus próprios valores.

Essa modernidade caracterizada pelo consumo produz alterações também nos valores sociais, contribuindo para a emergência de uma cultura mercantilista que relaciona coisas e pessoas ao seu valor econômico:

Desgraçadamente, em função da rapidez da modernidade atual, a economia deixou de estudar os meios para o bem-estar do ser humano e se transformou em um fim em si mesma, uma ciência na qual tudo o que não tem valor monetário e tudo a respeito de que não se pode estabelecer um preço não tem valor. (GUIMARÃES, 2001, p. 65)

Nesse contexto, Touraine (1994, p. 265) alerta para a redução do ser humano a nada mais que um consumidor, um recurso humano ou um alvo, cujas necessidades são transformadas em demandas mercantis.

O mesmo autor (1994, p. 240-241) afirma que, na sociedade contemporânea, o consumo pessoal ocupa um lugar central e uma parte crescente do orçamento doméstico é destinada à aquisição de bens e de serviços repletos de significado cultural: lazer, informação, educação, saúde, moda etc.

No entanto, é preciso observar que todo esse consumo capaz de gerar conforto e satisfação traz consigo custos que afetam o indivíduo em sua essência, além de custos sociais e ambientais. São os efeitos desastrosos do capitalismo moderno: o mesmo sistema que gera riqueza e consumo gera também miséria, desigualdade social e degradação ambiental.

3 O CONSUMO E OS SEUS CUSTOS



A racionalidade econômica, que incentiva o hiperconsumo e faz dele o combustível do sistema capitalista, tem menosprezado suas consequências sob a justificativa de promover o crescimento econômico.

E as consequências são muitas. E perigosas.

O ritmo frenético do consumismo, a superficialidade do objeto e a brevidade do prazer gerado pelo consumo afetam o psiquismo humano. No entendimento de Touraine (1994, p. 233):

Pois o que chamamos de sociedade de consumo não é um sistema técnico ou econômico, é a construção da realidade social segundo um modelo oposto ao do sujeito, que destrói este substituindo o sentido pelo sinal, a profundidade da vida psicológica pela superfície do objeto (...). Somente o apelo ao sujeito permite reconstruir o que a sociedade de consumo decompõe. (...) Isso não leva a rejeitar de maneira hipócrita os bens de consumo que todos desejam, mas a tomar bastante distância com relação a eles para devolver ao indivíduo a consistência e a duração de um sujeito, enquanto que ele se dissolve na instantaneidade do consumo.

A esse efeito nefasto sobre o indivíduo, some-se também o resultado social da economia moderna – destacado por Guimarães (2001, p. 47), qual seja, ser uma produtora de profundas assimetrias sociais.

De acordo com Sachs (1994, p. 50), a polarização das sociedades modernas e a exclusão social constituem uma tendência universal que afeta países industrializados e também países do terceiro mundo.

O hiperconsumo é privilégio de poucos. A maioria das pessoas, além de estar à margem dos prazeres consumistas, ainda é obrigada a arcar com os custos sócio-ambientais desse ritmo insano de consumo. Os mais pobres – que obviamente consomem menos – são os mais expostos à injustiça ambiental, sob a forma de degradação ambiental, fontes poluentes, depósitos de lixo.

Acselrad (2002, p. 52) nos alerta sobre essa “lógica social que associa a dinâmica da acumulação capitalista à distribuição discriminatória dos riscos ambientais”.

E, além dos custos subjetivos e sociais, o capitalismo gera também degradação ambiental.

De acordo com Raynaut (2004, p. 30),

muitas críticas foram formuladas sobre esse modelo de desenvolvimento que privilegia as dimensões técnicas e econômicas do funcionamento das sociedades humanas, ignorando os aspectos sociais e culturais (não-materiais). É um modelo que desconsidera os efeitos, imediatos ou de longo prazo, do “progresso” sobre o meio-ambiente.



Também enfatizando os efeitos do capitalismo sobre as pessoas e o meio ambiente, Leff (2006, p. 77) afirma que “a racionalidade econômica levou à recodificação do mundo – de todos os entes e ordens ontológicos – em termos de valor econômico, mas ficou sem um referente e sem suporte na ordem da natureza”.

Interessante ainda observar que os fundadores clássicos da Sociologia, Durkheim, Marx e Weber, citados por Giddens (1991, p, 16), previram que a era moderna seria turbulenta e traria consigo alguns custos degradantes para o trabalhador submetido à disciplina de um labor maçante e repetitivo. Porém, não atentaram para o fato de que o consumo também teria um grande potencial destrutivo em relação ao meio-ambiente.

Sobre a crise ecológica, Beck (1997, p. 67) coloca que:

A questão ecológica – a percepção do mundo no sistema coordenado do auto-risco ecológico-industrial – transformou a moralidade, a religião, o fundamentalismo, a desesperança, a tragédia, o suicídio e a morte – sempre interligados com o oposto, salvação ou esperança – em um drama universal.

A degradação ambiental, conjugada à crise de valores existenciais, sociais e culturais – atualmente vivenciadas pela sociedade, leva o ser humano a repensar sua relação com a natureza e seu estilo de vida fortemente baseado no consumo.

Tem-se percebido, talvez tardiamente, que os padrões atuais de consumo são insustentáveis.

De acordo com Guimarães (2001, p. 44), ao se preocupar com o meio ambiente, a sociedade é obrigada a questionar profundamente a atual modernidade, o que leva ao surgimento de um novo paradigma de desenvolvimento.

Esse panorama de deterioração ambiental decorrente dos atuais padrões de consumo envolve, além de custos sócio-ambientais observáveis, riscos não perceptíveis à grande parte da sociedade, caracterizando, assim, a chamada Sociedade de Risco, de Ulrich Beck.

Segundo Beck, a chamada Sociedade de Risco teria surgido no momento em que os riscos se desconectam dos fundamentos da calculabilidade do seguro, de acordo com ele, elementos típicos das sociedades industriais do século XIX. Nesta perspectiva, a crise ecológica contemporânea decorreria do fracasso das instituições responsáveis pelo controle e pela segurança, que sancionam, na prática, a normalização legal de riscos que são incontroláveis. (ACSELRAD, 2002, p. 50).



Portanto, a racionalidade capitalista, em todo o seu alcance, traz consigo riscos, incertezas e inseguranças no que tange às possíveis consequências do estilo de vida atual sobre a própria sociedade e sobre o meio ambiente.

Interessante ainda notar que a submissão aos riscos geralmente não decorre de uma decisão voluntária por parte das pessoas, mas sim de um imperativo de sobrevivência, haja vista que “o processo de construção, por parte da população, do que ela entende por “intolerável” e “arriscado” é constrangido pelas condições impostas pelos grandes detentores da capacidade de investir.” (GUIMARÃES, 2001, p. 137)

Sobre essa necessidade de sujeição aos riscos em prol de uma renda, o mesmo autor coloca que

(...) o capital aprisiona parcelas importantes da população local no interior dessa “alternativa” de aceitar a promessa de emprego e renda a qualquer custo, mesmo à custa da submissão a riscos ambientais e sociais acrescidos, ou não ter nenhuma fonte de renda apropriada. (GUIMARÃES, 2001, p. 137)

E, na sociedade moderna, não ter uma fonte de renda apropriada significa estar à margem do sistema, não só por questões de carência financeira, mas também por questões subjetivas e sociais, pois há que se reconhecer que os valores capitalistas criam uma cultura que confunde a identidade pessoal e a profissional, fato evidenciado pelos indivíduos quando, ao falar sobre sua ocupação profissional, geralmente dizem “eu sou” (motorista, médico, pedreiro...).

Essa fusão do ego individual com a profissão exercida pelo sujeito tem uma implicação nefasta nas situações de desemprego, pois nesses casos em que a pessoa não está ocupando um lugar na hierarquia capitalista, ela deixa de “ser”, por dois motivos: por ter seu potencial de consumo reduzido e por não ter uma ocupação que lhe defina.

Percebe-se, portanto, que viver essa modernidade capitalista limita as alternativas de escolha do indivíduo quanto ao estilo de vida, muitas vezes exigindo que ele se submeta a situações adversas para continuar fazendo parte do sistema capitalista e poder viver – ou sobreviver.

Portanto, todo esse cenário de imposições da racionalidade capitalista, de ausência de certezas, de novos paradigmas, de progresso tecnocientífico, de ritmo acelerado das mudanças e de novos contornos sociais afetam o psiquismo humano,



pois “é impossível separar o indivíduo da sua situação social.” (Touraine, p. 1994, p. 248)

É o “lado sombrio da modernidade” (GIDDENS, 1991, p. 16) que, irremediavelmente, lança seus efeitos sobre o ser humano.

Enfim, todo esse contexto de avanços e conquistas que proporcionam conforto, segurança e bem-estar de forma socialmente assimétrica, e que, ao mesmo tempo geram riscos, insatisfações e incertezas, produz um efeito sobre as pessoas e sobre a natureza.

Talvez seja preciso refletir sobre “a mensagem de Karl Marx de que o capitalismo é seu próprio coveiro (...)”. (BECK, 1997, p. 11).

É preciso avaliar cuidadosamente os progressos e os custos da racionalidade capitalista, sob pena de se chegar a um estado de destruição irreversível.

Instala-se aí o paradigma da sociedade consumista: não é possível avançar sem consumir. Paradigma, na raiz da palavra, significa um modelo a ser seguido, um padrão, que não deve ser questionado, mas sim repetido. Khun (2000) acrescenta mais um fato: um paradigma é ensinado, repassado das gerações antigas para as novas e, uma vez estabelecido, passa a orientar todas as novas ações, vindo daí a dificuldade de rompê-lo. Para este autor, um paradigma é rompido apenas por pessoas que não estejam nele mergulhadas. Ao avaliar o modelo das mudanças científicas, percebeu que sempre que o conhecimento toma um novo e inesperado rumo, a descoberta deste rumo se deve a alguém que não pertencia ao grupo em questão.

Vem daí a necessidade de hegemonia da sociedade de consumo, que tenta fazer com que mesmo os mais excluídos sintam-se de alguma forma, capazes de consumir, reproduzindo assim o paradigma vigente. Neste sentido, especialmente nos países emergentes, proliferam discursos que apregoam produtos “*para as classes C, D, E...*”

Percebe-se, então, o quão em risco estamos no momento atual, pois a julgar pelos paradigmas vigentes, não apenas devemos continuar consumindo para manter o *status quo*, como quase não há possibilidade de que alguém, mergulhado neste sistema, possa de fato questioná-lo ou rompê-lo de forma simples e espontânea.

4 A CONSTRUÇÃO DE UMA RACIONALIDADE SOCIAL ALTERNATIVA



Diante do panorama exposto, entende-se que a sociedade moderna precisa criar estratégias para lidar com as múltiplas crises surgidas no século XXI.

Para tal, é preciso adotar uma visão holística e complexa dos elementos e atores envolvidos na situação. É necessário considerar todas as interfaces da realidade e, principalmente, as conexões existentes entre elas.

Nesse sentido, Morin (2005, p. 68) coloca que

A visão não complexa das ciências humanas, das ciências sociais, considera que há uma realidade econômica de um lado, uma realidade psicológica de outro, uma realidade demográfica de outro, etc. acredita-se que estas categorias criadas pelas universidades sejam realidades, mas esquece-se que no econômico, por exemplo, há as necessidades e os desejos humanos. Atrás do dinheiro, há todo um mundo de paixões, há a psicologia humana. [...] a dimensão econômica contém as outras dimensões e não se pode compreender nenhuma realidade de modo unidimensional.

Dessa forma, qualquer intervenção disposta a alterar os padrões da racionalidade econômica dominante terá que considerar as questões humanas envolvidas nesse processo, pois toda e qualquer alteração social, econômica ou cultural vivenciada por uma sociedade acarreta também uma mudança nos indivíduos que a compõem.

Nas palavras de Morin (2005, p. 74): “os indivíduos produzem a sociedade que produz os indivíduos. Somos ao mesmo tempo produtos e produtores”.

Portanto, ao pensar em alternativas para a crise ambiental, é preciso entender que ela é um reflexo do sistema dominante, que busca o crescimento econômico por meio do incentivo ao hiperconsumo.

Segundo Leff (2010, p. 61),

A problemática ambiental – a poluição e degradação do meio, a crise de recursos naturais, energéticos e de alimentos – surgiu nas últimas décadas do século XX como uma crise de civilização, questionando a racionalidade econômica e tecnológica dominantes. Esta crise tem sido explicada a partir de uma diversidade de perspectivas ideológicas. Por um lado, é percebida como resultado da pressão exercida pelo crescimento da população sobre os limitados recursos do planeta. Por outro, é interpretada como o efeito da acumulação de capital e da maximização da taxa de lucro a curto prazo, que induzem padrões tecnológicos de uso e ritmos de exploração da natureza, bem como formas de consumo, que vem esgotando as reservas de recursos naturais, degradando a fertilidade dos solos e afetando as condições de regeneração dos ecossistemas naturais.

Também enfatizando que a questão ambiental deve ser analisada levando-se em conta toda uma conjuntura social, cultural e econômica, Beck (1997, p. 19) afirma:



Nesse contexto, devemos também reconsiderar a essência da “crise ecológica” atual. A metamorfose dos efeitos colaterais despercebidos da produção industrial na perspectiva das crises ecológicas globais não parece mais um problema do mundo que nos cerca – um chamado “problema ambiental” – mas sim uma crise institucional profunda da própria sociedade industrial.

Entendendo-se a crise ambiental como uma das faces da grande crise institucional vivida pela civilização contemporânea, não se pode esperar que as soluções sejam simplistas e espontâneas, como bem nos alerta Leff (2006, p. 81):

A hipótese de que a riqueza da sociedade levará à transição a uma sociedade ecológica é ainda menos convincente; não há indícios de que o sistema econômico tenha capacidade de se ecologizar, de que o progresso tecnológico possa desmaterializar a produção, de que haja uma vontade real dos países em reduzir suas emissões de gases de efeito estufa, de que a sociedade de consumidores tenha a intenção de rechaçar generalizadamente o hiperconsumo nem de que haverá uma mudança nas preferências pessoais que favoreça os valores do ecologismo, da frugalidade e da solidariedade.

Logo, uma das tantas dificuldades enfrentadas na busca de soluções para a problemática ecológica será a reavaliação da noção de progresso pelas nações, pois a racionalidade dominante está centrada na busca do crescimento econômico – obtido por meio da superprodução e do consumo, e medido por cifras monetárias.

Ignora-se o fato de que o progresso e o crescimento econômico não trouxeram o bem-estar e a felicidade previstos inicialmente. Pelo contrário, “ao mesmo tempo que os índices macroeconômicos melhoram, assistimos à deterioração dos indicadores que medem evoluções qualitativas entre setores, territórios e pessoas.” (GUIMARÃES, 2001, p. 49)

A crise ambiental também demanda uma reavaliação subjetiva em termos de consumo. E talvez esse seja um dos aspectos mais complexos, uma vez que o capitalismo promove o hiperconsumo por meio das mais variadas estratégias, desde propagandas e marketing, até a alienação produzida pela difusão de valores distorcidos que valorizam o Ter em detrimento do Ser.

E mais, o nível de conforto e satisfação proporcionados através do consumo é muito alto. Não se pode negar que o progresso trouxe prazeres e possibilidades que facilitam o cotidiano de uma forma sedutora.

Logo, convencer a sociedade a repensar seu estilo de vida e a reduzir o consumo (que proporciona tanta satisfação e comodidade) em prol da causa ambiental é uma tarefa muito difícil.



Primeiro, porque a reavaliação do ritmo de consumo não pode ser feita apenas por algumas pessoas, haja vista que a complexidade do meio ambiente exige o engajamento de todos, ou pelo menos, da grande maioria.

Segundo, porque abrir mão de alguns confortos (algo imediato) em troca de um resultado a longo prazo (desenvolvimento sustentável) é uma tarefa complicada numa sociedade imediatista como a que vivemos.

Portanto, a crise ecológica impõe a necessidade de uma revisão de paradigmas, que inclui o questionamento da racionalidade econômica dominante, do estilo de vida atual e também dos valores vigentes. Somente a partir desses questionamentos será possível a elaboração da racionalidade social alternativa proposta por Enrique Leff.

Para esse autor (2010, p. 84), “a questão ambiental requer novos conhecimentos teóricos e práticos para sua compreensão e resolução”.

E novos entendimentos sobre a problemática ecológica são imprescindíveis para a construção de uma sociedade mais sustentável, que não se torne uma vítima de seu próprio progresso.

É preciso, então, encontrar estratégias que possibilitem mudanças sociais e econômicas capazes de favorecer um desenvolvimento sustentável, aqui entendido como o “desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer as suas necessidades”. (FOSTER, 2005, p. 230)

A questão que se coloca é: como conciliar o padrão de consumo atual com um desenvolvimento sustentável? Será que é realmente possível manter o ritmo de consumo moderno sem comprometer o meio ambiente de forma irremediável?

Essas indagações precisam ser feitas, embora sejam incômodas para qualquer indivíduo que faça parte da parcela privilegiada de consumistas. A sociedade precisa ser confrontada com suas práticas e valores, e também com os custos sociais e ambientais que delas advém.

Só a partir dessas reflexões será possível “a busca de um novo “equilíbrio” nos sistemas naturais, nos sistemas sociais e nas relações entre os dois.” (RAYNAUT, 2004, p.31)

E esse resgate da harmonia entre a sociedade e o seu entorno requer, necessariamente, um novo entendimento acerca das questões ambientais, sociais e econômicas, baseado na “construção de uma racionalidade ambiental, entendida



como uma racionalidade social alternativa, capaz de ser contrastada com a racionalidade capitalista e de ir objetivando suas condições institucionais e seus instrumentos operativos através de um processo histórico de transformações produtivas e sociais”. (LEFF, 2010, p. 91)

E na construção dessa nova racionalidade, o saber é imprescindível, conforme nos ensina Leff (2006, p.113):

a racionalidade ambiental, como construção social e realização de um potencial, pode ser “atualizada” (realizada) através do saber, a ação social e as relações de outriedade, não por um processo evolutivo da natureza. A racionalidade ambiental emerge das potencialidades e possibilidades contidas em diferentes processos materiais, ordens ontológicas e formações simbólicas: potenciais ecológicos, significados culturais, desenvolvimentos tecnológicos, estratégias políticas e mudanças sociais. Esses processos de construção de uma sociedade ecológica são mobilizados por um saber que constitui aos atores sociais do ambientalismo, que geram a mudança social e a transição para a sustentabilidade.” (LEFF, 2006, p. 113)

Portanto, possíveis resoluções para a problemática ecológica envolvem, necessariamente, a construção de um novo entendimento sobre o meio ambiente e suas interfaces com os simbolismos subjetivos, os valores sociais e a cultura econômica. Faz-se necessário um novo saber multidimensional, capaz de abarcar a realidade ambiental em toda a sua complexidade: o saber ambiental.

Por fim, constata-se que o *status quo* é complexo e perigoso. O futuro é incerto e, por vezes, assustador. Só mesmo uma completa alteração de paradigmas poderá, talvez, nos salvar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As múltiplas crises que estamos vivenciando geram questionamentos inevitáveis sobre nosso modo de vida atual. Temos sido confrontados com situações que nos levam a reavaliar nossas verdades e certezas.

Vivemos um tempo de decepção, principalmente com a Ciência Moderna: o sonho cor-de-rosa de que o Conhecimento e o Progresso nos fariam mais felizes fracassou.

É inegável que o desenvolvimento científico trouxe conforto e comodidade através das muitas inovações tecnológicas e invenções industriais. Porém, esse mesmo progresso aprofundou as assimetrias sociais. E nos fez escravos de nossos próprios desejos.



Consumir se tornou a missão central de nossas vidas. Entramos distraidamente nessa “corrida maluca” pelo consumo, adotando um “padrão de essencialidades materiais” imposto pelo marketing capitalista e não fruto de nossas reais necessidades.

A racionalidade econômica dominante, cuja força motriz está no hiperconsumo, incutiu-nos tão arraigadamente a ideia de que a felicidade está ligada ao poder de consumo que já não somos mais capazes de questionar essa lógica do Ter em detrimento do Ser.

Vivemos e consumimos num ritmo alucinado sem considerar os efeitos psíquicos, sociais e ambientais. Até por que, nas raras vezes em que refletimos sobre nossos valores altamente capitalistas, somos invadidos por uma angústia que nos paralisa.

Por sermos produtos e produtores da sociedade em que vivemos, é impossível saber por onde deve iniciar a reavaliação dos paradigmas: se no ente social ou em nós mesmos. Ou nos dois ao mesmo tempo.

O fato é que essa reformulação de valores precisa ocorrer, sob pena de nos tornarmos vítimas do próprio progresso e chegarmos a um ponto de destruição existencial, social e ambiental irremediável. Se é que ainda não chegamos.

De qualquer forma, é preciso ao menos compreender o poder exercido sobre nós por um capitalismo que se reinventa a cada pouco, renovando sua dominação sobre nossos desejos e vontades.

O primeiro passo é tomar conhecimento de que estamos sendo subjugados pela lógica capitalista.

O segundo, é refletir sobre todos os custos subjetivos, sociais e ambientais trazidos pelo padrão atual de consumo. Faz-se necessária uma avaliação do real custo-benefício de todo esse desenvolvimento. É preciso confrontar a brevidade do prazer gerado pelo consumo com a crescente exclusão social e a intensa degradação ecológica.

Portanto, só a partir desse novo saber gerado a partir de reflexões multidimensionais – que considerem a realidade em toda a sua complexidade, será possível a promoção de uma racionalidade social alternativa, capaz de gerar mudanças sociais e contribuir para a construção de uma sociedade mais sustentável.



E a missão principal dessa nova racionalidade social talvez seja promover uma metamorfose valorativa e cultural e redefinir o que é, de fato, a felicidade.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri; MELLO, Cacília C. do Amaral; BEZERRA, Gustavo das N. **O que é Justiça Ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
- BECK, U; GIDDENS, A; SCOTT, L. **Modernização Reflexiva**. São Paulo: UNESP, 1997.
- BURSZTYN, Marcel (org.). **Ciência, ética e sustentabilidade**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2001.
- FEENBERG, A. **O que é Filosofia da Tecnologia?** In Conferência pronunciada para estudantes universitários de Komaba – Japão, em Junho, 2003.
- FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.
- GUIMARÃES, R. “A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento.” In: VIANA, G; SILVA, Marina; DINIZ, N. (orgs). **O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001, (p. 43 a 68).
- HANNIGAN, J. **A sociologia ambiental: a formação de uma perspectiva social**. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.
- KUHN, T.S. **A estrutura das revoluções científicas**. 5ª ed. São Paulo: Ed. Científica, 2000.
- LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- _____. **Epistemologia ambiental**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- MORIN, Edgar. **O método 3: o conhecimento do conhecimento**. Porto Alegre: Sulina, 1999.
- _____. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- _____. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2005.
- _____. **Ciência com consciência**. Ed. revista e modificada pelo autor. 13ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- RAYNAUT, Claude. Meio ambiente e desenvolvimento: construindo um novo campo do saber a partir da perspectiva interdisciplinar. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 10, p. 21-32, jul/dez. 2004.
- SACHS, Ignacy. Estratégias de transição para o século XXI. In **Cadernos de desenvolvimento e meio ambiente**. N° 1, Curitiba: Ed. UFPR, 1999.



TOURAINE, Alain. **Crítica da Modernidade**. Petrópolis RJ: Vozes, 1994.

